

Senado aprova três emendas que alteram ordem econômica

Propostas apreciadas ontem em segundo turno promovem abertura nos setores de distribuição do gás canalizado, exploração do subsolo e navegação de cabotagem

Telefonia será votada amanhã

O presidente do Senado, José Sarney, confirmou que será amanhã, quinta-feira, a votação em segundo turno da proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio das telecomunicações. Ontem transcorreu o primeiro dos três dias regimentais de discussão da matéria.

O relator da emenda é o senador Francelino Pereira (PFL-MG), que manteve o texto oriundo da Câmara dos Deputados, também aprovado sem emendas no Senado, em primeiro turno.



Francelino Pereira

O presidente Fernando Henrique Cardoso enviará carta ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, comprometendo-se a encaminhar projeto de lei complementar garantindo que não privatizará a Petrobrás, que vai assegurar à estatal todas as 29 bacias que explora atualmente e, finalmente, dando preferên-



Ronaldo Cunha Lima

cia para a empresa nas futuras concorrências. Satisfeito em suas exigências, o relator da proposta de emenda constitucional que quebra o monopólio da empresa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), prometeu apresentar hoje o seu relatório mantendo o texto que veio da Câmara dos Deputados.

O Senado aprovou na tarde de ontem, em segundo turno, três das cinco propostas de emenda constitucional da Ordem Econômica: a que permite aos estados conceder a empresas privadas a distribuição de gás canalizado; a que retira da Constituição o conceito de empresa brasileira e abre o subsolo à prospecção de empresas privadas; e a que permite a navios de bandeira estrangeira explorar a navegação de cabotagem.

A primeira emenda a ser votada foi a do gás canalizado, aprovada por 61 votos a favor, sete contrários e nenhuma abstenção. A segunda, sobre empresa brasileira e subsolo, teve 61 votos a favor, 12 contra e nenhuma abstenção. A terceira, sobre navegação de cabotagem, 59 votos a favor, dez contra e nenhuma abstenção.

A emenda do gás canalizado teve um único e longo encaminhamento, da líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), que se manifestou contrária e acusou a existência de um "rolo compressor" do governo no Congresso Nacional.

Já a segunda proposta, sobre empresa brasileira e subsolo, teve o encaminhamento contrário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), em nome da liderança do partido. O placar eletrônico apresentou defeito e foi feita a votação por chamada nominal, que durou onze minutos. A última votação, sobre cabotagem, foi a mais rápida. Não houve encaminhamento e o painel eletrônico voltou a funcionar.

NESTA EDIÇÃO

Relator propõe equilíbrio nos salários

Página 3

Amorim acusa Funai por conflitos

Página 4



Ministros Serra e Brito participam do debate sobre setor elétrico

ACM culpa estados ricos pela crise no setor elétrico

Com base nos números apresentados pelo ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) responsabilizou os estados ricos, com São Paulo à frente, pela destruição do setor elétrico com a inadimplência. O ministro do Planejamento, José Serra, também participou do debate com presença de senadores e deputados. **Página 3**

Calheiros recebe alunos da Eceme

"Estou certo de que a melhor das lições que os senhores aprenderão nesta Casa é descobrir o quanto ela é essencial à democracia", afirmou ontem o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), 2º vice-presidente do Senado, ao receber 37 oficiais do curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme).

Calheiros proferiu uma palestra em que explicou as principais atividades desenvolvidas pelo Congresso no primeiro semestre do ano. Reconhecendo que o Senado ainda não é uma Casa perfeita, Renan Calheiros ressaltou que muitos dos tropeços, equívocos e dificuldades das instituições brasileiras são decorrentes do estágio de formação em que ainda vivemos.

Alemães se interessam por abertura econômica

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que as relações comerciais do Brasil com a Alemanha são muito boas, mas podem ser ainda melhores. Ele recebeu uma missão parlamentar multipartidária, chefiada pelo deputado Friedhelm Ost e integrada exclusivamente por membros da Comissão de Economia do Parlamento Federal alemão. Na audiência, Sarney explicou as mudanças que o Brasil vem enfrentando nos últimos dez anos e os deputados se disseram confiantes no desenvolvimento do país.

Interessados em acompanhar as alterações na ordem



Sarney conversa com deputados alemães

econômica propiciadas pela reforma constitucional que se realiza no Congresso, esses parlamentares mostraram interesse na abertura do Brasil para os investimentos estrangeiros e na política de privatização de empresas estatais.

Pouco antes de conversar com os deputados alemães, o presidente do Senado recebeu o embaixador chileno Heraldo Muñoz.

Aprovado o fim do abono de faltas

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que altera o artigo 13 do Regimento Interno, abolindo o abono mensal de cinco faltas a que cada senador tinha direito mensalmente.

Outra alteração acaba com o registro de presenças às segundas e sextas-feiras, a não ser que haja matérias para serem votadas em Ordem do Dia, mesmo procedimento adotado pela Câmara dos deputados.

O projeto foi relatado pelo senador Bernardo Cabral (PP-AM), que manteve o texto originário da Mesa Diretora e defendeu a tramitação normal pelas comissões. O presidente José Sarney disse que, por consenso das lideranças, o projeto deveria ser votado logo em plenário.

Agenda do Dia

PRESENTE

Senador José Sarney

9h - Partilha do Encontro Nacional em Defesa da Indústria Têxtil e de Confecção. Local: Auditório Petrônio Portella.

10h - Despachos internos.

11h - Recebe o embaixador Ivan Canabrava, Subsecretário de Assuntos Políticos - MRE.

11h30 - Recebe Isaias Custódio, presidente da Conab.

12h - Recebe bancada gaúcha da Câmara dos Deputados.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

18h - Recebe as senadoras Emília Fernandes, Benedita da Silva, Marina Silva, Júnia Marise, deputadas Marta Suplicy e Jandira Feghali.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/95, que flexibiliza o monopólio das telecomunicações. (Segunda sessão ordinária de discussão, em segundo turno)

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Leitura de medidas provisórias e de mensagens presidenciais encaminhando projeto de crédito ao orçamento.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pauta: PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio do petróleo; PLS nº 29/95 (terminativo), que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado; PLS nº 58/95 (terminativo), que autoriza a criação do Departamento Federal de Combate ao Narcotráfico; PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais; PLS nº 75/95 (terminativo), que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial; PLC nº 66/95 (PLS 32/95), que cria a carteira de identidade única; PLS nº 54/95 (terminativo), que cria a Ouvidoria-Geral da República; PLC nº 57/95, que estabelece a competência do júri para os crimes contra a economia popular, entre outros. Local: Sala 03 - Ala senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 117/94 (não terminativo), que altera dispositivos do Decreto-lei nº 227/67 (Código de Mineração). Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1079/95, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real. Pauta: palestras a serem proferidas pelos seguintes convidados: Maurício Schuiman, presidente da Federação Brasileira das Associações de Banco (Febraban), e Marcos Sant'Anna, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC). Local: Sala 02 - Ala senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1060/95, que dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares. Pauta: Reunião de instalação, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e designado o relator da matéria. Local: Sala 06 - Ala senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial Temporária Interna "destinada a promover e discutir políticas, programas, estratégias e prioridades visando ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. Pauta: apresentação do relatório parcial. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial destinada ao estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 73/94-SF, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Pauta: Designação de subcomissões para levantar pontos específicos do projeto do código; apresentação e discussão de documento preparado pelo relator, com uma listagem dos pontos polêmicos do projeto; e aprovação do programa e formação do Fórum Nacional de Debates sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e TV, no país.

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1067/95. Pauta: Reunião de instalação, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente, e designado o relator da matéria. Local: Sala 02 - Ala senador Nilo Coelho

Coutinho promete equilíbrio no relatório sobre a desindexação

No debate com sindicalistas, relator anuncia uma proposta alternativa ao "radicalismo" do gatilho salarial pretendido pelos trabalhadores e à "insensibilidade" do governo

Depois de ouvir lideranças sindicais brasileiras durante os debates realizados ontem pela manhã na Comissão da Desindexação, o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), relator da matéria, anunciou que vai propor no próximo dia 14 "uma solução de equilíbrio entre o radicalismo do gatilho salarial pretendido pelos trabalhadores e a insensibilidade do governo". Coutinho explicou que a solução conciliatória está na garantia da reposição integral da inflação, por ocasião dos dissídios anuais, para as faixas de até dois salários mí-



Coutinho (D) ouve a opinião dos sindicalistas

nimos.

A reintrodução do gatilho salarial, acionado sempre que a inflação chegue aos 6%, foi o ponto

em que mais insistiu o presidente da Contec, Lourenço do Prado.

Prado foi um dos três expositores da reunião de ontem, junta-

mente com o secretário-geral da CUT, João Vaccari Neto, e o presidente da CNTI, José Calixto Ramos. João Vaccari Neto apontou a falta de uma discussão mais aprofundada em torno do contrato coletivo de trabalho. José Calixto Ramos reafirmou as restrições da entidade à falta de proteção ao salário nas disposições da medida provisória.

Hoje, a Comissão Mista volta a se reunir às 11h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, para prosseguir os debates em torno da medida provisória, dessa vez com representantes dos empresários.



Lúcio Alcântara

Alcântara defende tributo para saúde

A proposta de criação de uma Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), para arrecadar recursos destinados a complementar o orçamento do Ministério da Saúde, foi defendida ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo o senador, pesquisas de opinião pública mostram que a principal preocupação do brasileiro é a saúde, e que os R\$ 14 bilhões destinados ao setor para este ano não atenderão a previsão feita pelo ministério, de gastos no valor de R\$ 19,5 bilhões.

ACM reclama de poder dos estados desenvolvidos

As empresas paulistas de energia são responsáveis por 80% da dívida de 2,6 bilhões de reais que as distribuidoras estaduais têm com a Eletrobrás, segundo revelou ontem, no Senado, o ministro Raimundo Brito, de Minas e Energia.

A origem dessa inadimplência, em pauta no debate promovido pelo Senado e a Câmara sobre a privatização do setor elétrico, levou o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) a reivindicar, do governo, a adoção de mecanismos de compensação contra a força política e econômica dos estados desenvolvidos, no bojo das reformas constitucionais.

Raimundo Brito e o ministro do Planejamento, José Serra, colocaram para os senadores e deputados as van-

tagens, para o país, da privatização do sistema, como a atração de capitais privados para um setor fundamental, o que serviria para acabar com o desemprego e a injustiça social. Explicaram também que as usinas termonucleares, a malha básica de transmissão e a binacional Itaipu estão fora do processo.

Esperidião Amin (PPR-SC), autor no Senado do requerimento de convocação dos ministros, abriu os debates pedindo explicações sobre o anúncio feito em abril, pelo governo, de que em 60 dias estaria delineada a privatização do setor, o que provocou alta nas ações da Eletrobrás de 25% numa só semana. Brito respondeu que o governo agiu com a cautela que o assunto requer.



Antônio Carlos

Sarney prega modernização dos impostos

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem a realização de uma reforma tributária que evite a evasão fiscal e possibilite, ao mesmo tempo, a redução dos impostos. A seu ver, a modificação do sistema fiscal brasileiro está sendo discutida com um enfoque incorreto, que prevê uma nova maneira de distribuir os recursos arrecadados mas não se preocupa com a modernização do sistema tributário.

Quanto à votação das emendas constitucionais em andamento no Congresso Nacional, o presidente do Senado avaliou que a dificuldade maior a ser enfrentada pelo governo neste segundo semestre será a votação das leis complementares que regularão as matérias.

José Sarney também ressaltou que o governo de Fernando Henrique Cardoso vem conseguindo um nível de governabilidade que nenhum dos últimos governos que o antecederam obteve.

Funai fabrica conflitos, acusa Amorim

Senador denuncia que Funai está transformando em reservas áreas de colonos assentados pelo Incra há mais de dez anos e pede providências ao Ministério da Justiça

Josaphat lembra Rui



Josaphat

O transcurso de um século do retorno do então senador Rui Barbosa do exílio foi lembrado ontem pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Josaphat destacou que, em 1893, o então senador pela Bahia já combatia abertamente o governo do marechal Floriano Peixoto.

Benedita: Bomba inútil

O bombardeio norte-americano sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão, durante a Segunda Guerra, na opinião da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), "serviu apenas para matar pessoas e contrariar os cientistas que inventaram a energia atômica visando o bem da humanidade".

Propostas da área agrícola

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) considera que ainda há tempo de reverter o risco de redução da área de plantio para a safra do próximo ano. Ele pretende montar uma comissão de senadores para apresentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma série de sugestões capazes de garantir o crescimento da produção agrícola em 1996.

O senador Ernandes Amorim (PDT-RO) disse ontem que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Justiça são "fabricantes de conflitos sociais porque atuam de maneira irracional na demarcação das terras indígenas".



Ernandes Amorim

Segundo o senador, a Funai está transformando em reservas, no Estado de Rondônia, áreas que englobam terras de colonos assentados pelo Incra há mais de dez anos.

Para o representante de Rondônia, a primeira providência a ser adotada é a modificação do projeto de lei que regulamenta as demarcações, em tramitação na Câmara dos De-

putados, para retirar da Funai e do Ministério da Justiça o excessivo poder que possuem.

Ernandes Amorim citou o caso da definição da área indígena de Mequém, em seu estado, onde a reserva estaria sendo destinada a índios mas a mestiços descendentes de seringueiros de origem nordestina e boliviana que, no começo do século, instalaram-se na região para explorar borracha.

Assim que teve conhecimento desse fato, o senador pediu ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que verificasse a veracidade da denúncia antes de definir a área a ser demarcada para os índios daquela região.



João França

Mensalidade: João França cobra definição

A definição de uma política global para as mensalidades escolares foi pedida pelo senador João França (PP-RR). "Ora privilegiam as escolas, ora beneficiam os pais dos alunos", afirmou, ao referir-se às providências do governo na área.

No entender do senador, a omissão do governo tem provocado situações de desconforto e constrangimento aos pais, que se vêem obrigados a recorrer à Justiça para garantir seus direitos, enquanto as escolas usam de retaliação para preservar seus interesses.

Analisando os efeitos das últimas medidas provisórias sobre mensalidades escolares, João França disse que o governo vem tratando "superficialmente e a toque de caixa a questão". Ele observou que o problema do ensino básico do país, para ser resolvido, necessita de estudos profundos.

Mauro propõe serviços ao cidadão na Voz do Brasil

O programa *Voz do Brasil* poderia adquirir novo formato na sua duração e no seu conteúdo, passando a denominar-se *Jornal do Cidadão*. A sugestão foi feita pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao afirmar ontem que há espaço para discussão e negociações em torno da permanência do informativo oficial. Acrescentou, porém, que a segunda parte do programa, utilizada pelo Legislativo, por sua importante função social, não deve



Mauro Miranda

ser colocada em discussão.

A parte do Executivo, em vez de notícias sobre viagens e audiências ou inaugurações, poderia veicular informações de serviços sobre assuntos que dizem respeito ao cidadão, como aposentadoria rural e urbana.

No entendimento do senador, para os partidos de oposição a *Voz do Brasil* funciona como o espaço mais democrático para o registro de suas teses.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.